

AMOSTRA

Polícia Civil do Distrito Federal

**REVISÃO
DE
VÉSPERA**

Delegado



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PC/DF!

Seja muito bem - vindo!

VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **you ganha muito tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSE RH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.


Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

 contato@memorizaai.com.br

OU

 [clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – UFMG

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- ☑ Direito Administrativo e Legislação Complementar;
- ☑ Direito Constitucional e Legislação Complementar;
- ☑ Direito Civil e Direito Empresarial, com Legislação Complementar;
- ☑ Direito Penal e Legislação Complementar;
- ☑ Direito Tributário e Legislação Complementar;
- ☑ Medicina Legal;
- ☑ Direito Processual Penal e Legislação Complementar;
- ☑ Direito Ambiental e Legislação Complementar.
- ☑ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESTA RETA FINAL!

→ clique aqui para conhecer o material completo



DELEGADO

memoriza.ai

DICA

PLANO DISTRITAL DE POLÍTICA PARA MULHERES

SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS



→ O **Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos** foca em promover uma política de saúde para as mulheres que seja justa, humana e realmente eficaz. Essa política tem suas raízes na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), de 2004, e no Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher (PAISM), de 1983, com a colaboração de movimentos sociais e feministas.

→ Está diretamente conectada à **redemocratização do Brasil** e **acordos internacionais**, como a Conferência de Alma-Ata (1978).

O OBJETIVO PRINCIPAL DESSE EIXO É GARANTIR QUE A **SAÚDE DAS MULHERES** SEJA TRATADA DE FORMA **INTEGRAL**, LEVANDO EM CONTA NÃO SÓ AS QUESTÕES DE GÊNERO, MAS TAMBÉM DE RAÇA E OUTRAS PARTICULARIDADES. ALÉM DISSO, ELE PROPÕE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA CUIDAR DE MULHERES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE, COMO MULHERES LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E EM SITUAÇÃO DE RUA.

O **ACESSO** A MÉTODOS CONTRACEPTIVOS, EXAMES PREVENTIVOS (COMO MAMOGRAFIA E PAPANICOLAU) E A PREVENÇÃO DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, COMO HIV/AIDS, TAMBÉM SÃO PILARES FUNDAMENTAIS DESSA POLÍTICA. OUTRO PONTO ESSENCIAL É A CONSOLIDAÇÃO DOS **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS** DAS MULHERES, COM FOCO EM MELHORAR O ATENDIMENTO OBSTÉTRICO, PLANEJAR A FAMÍLIA E TRATAR ABORTAMENTOS INSEGUROS.

O EIXO TAMBÉM INCLUI O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL. ALÉM DISSO, HÁ UMA GRANDE ÊNFASE NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS.



Objetivos Específicos:

- Fortalecer a **implementação** das **políticas** de **saúde** para **mulheres**;
- Melhorar as condições de **saúde física** e **mental** das **mulheres**;
- Desenvolver **políticas de qualificação** e **humanização** do atendimento;
- Garantir um **atendimento humanizado** no planejamento reprodutivo e no ciclo materno-infantil;
- Implementar **políticas** para reduzir a gravidez na adolescência e prevenir DSTs;
- Aumentar o acesso ao **diagnóstico** e **tratamento** do **câncer**;
- Assegurar **atendimento especializado** para mulheres vítimas de violência;
- Promover a **formação continuada** de profissionais de saúde;



DICA

PLANO DISTRITAL DE POLÍTICA PARA MULHERES

IGUALDADE PARA AS MULHERES RURAIS

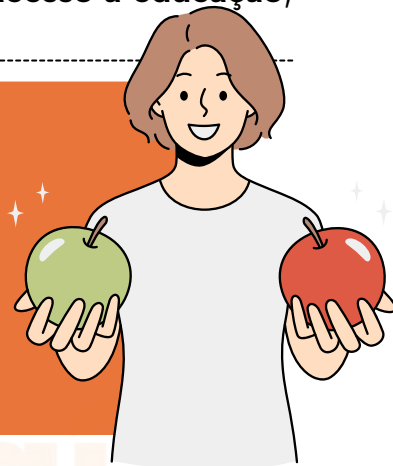


O **Eixo 6 - Igualdade para as Mulheres Rurais** é como um super-herói que luta para garantir que as **mulheres do campo** tenham seus **direitos** na palma da mão e sejam reconhecidas pelo impacto que causam na economia e na sociedade. Com o desenvolvimento sustentável na mira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, essas mulheres entram em cena como verdadeiras estrelas, já que muitas delas são as chefes do manejo dos recursos naturais e do sustento das famílias.

Elas são as **guardiãs do meio ambiente**, e é vital que tenham acesso à terra, água e recursos produtivos! Mas, claro, a vida no campo não é um conto de fadas: elas enfrentam desafios como a **sobrecarga de trabalho** e a **falta de acesso à educação**, com muitas meninas abandonando a escola para ajudar no campo.

DE ACORDO COM O IBGE, QUASE **1 MILHÃO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS** NO BRASIL SÃO COMANDADOS POR **MULHERES**, REPRESENTANDO **19% DO TOTAL**, PRINCIPALMENTE NO NORDESTE.

POR ISSO, ESTE EIXO BUSCA DAR UM **SUPERPODER** ÀS **MULHERES RURAIS** ATRAVÉS DE POLÍTICAS QUE AS ENSEM SOBRE SEUS **DIREITOS** E AS **CAPACITEM**, GARANTINDO **AUTONOMIA ECONÔMICA**, **EDUCAÇÃO** SOBRE USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E **PARTICIPAÇÃO** EM **INICIATIVAS** QUE CUIDEM DO NOSSO QUERIDO ECOSISTEMA!



Objetivos Específicos:

- Facilitar o acesso das mulheres rurais a **políticas públicas** que protejam e garantam seus direitos;
- Incentivar a participação das mulheres rurais no **Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado**;
- **Valorizar** e **reconhecer** a contribuição econômica das mulheres rurais;
- Melhorar a **organização produtiva** das mulheres no campo;
- Fortalecer a **agricultura familiar** e os **negócios rurais**;
- Fortalecer a **cadeia produtiva** das **mulheres rurais**;



DICA

TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES DO DF

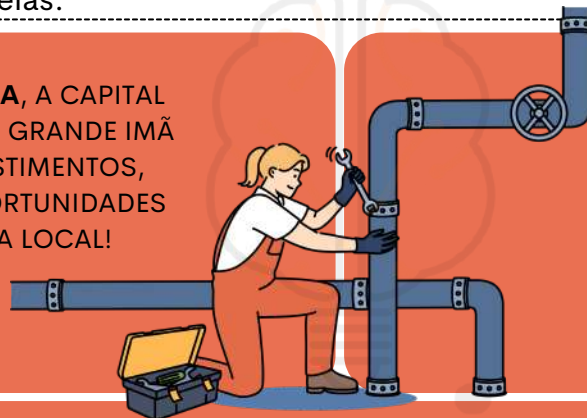
RIDE DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO



A RIDE do Distrito Federal e Entorno é a superstar das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) no Brasil, reunindo 33 municípios: 29 em Goiás, três em Minas Gerais e o famoso Distrito Federal!

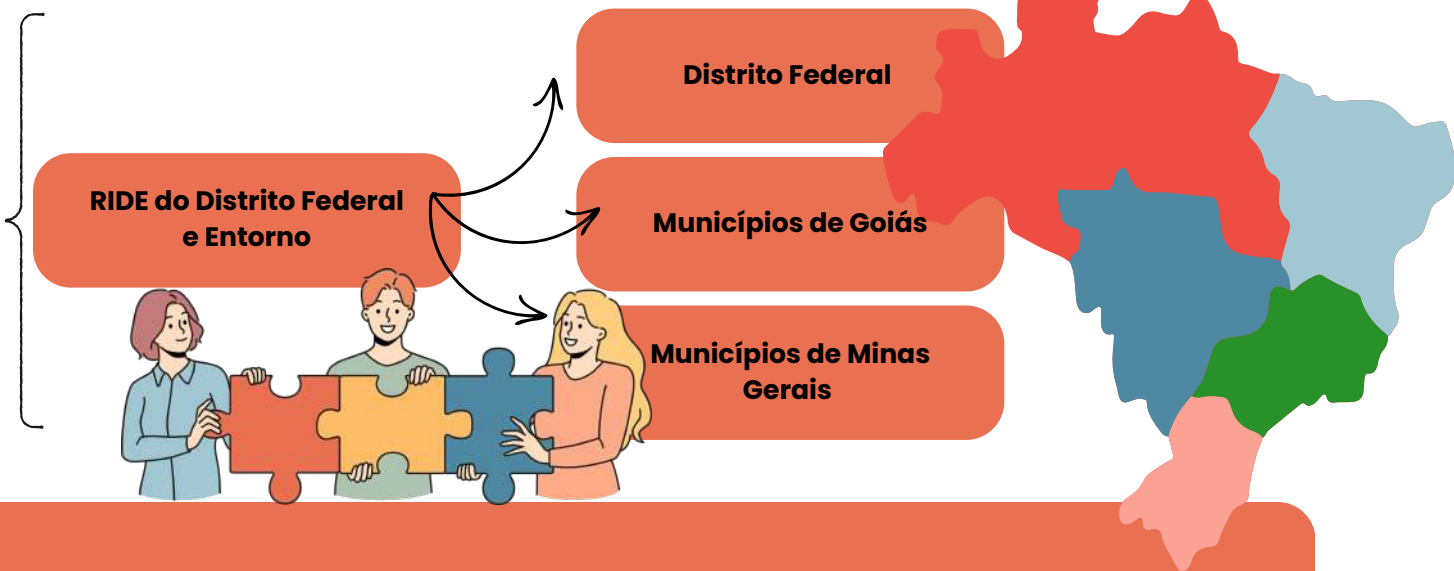
Criada para juntar forças economicamente e socialmente, essa região é um verdadeiro caldeirão de gente e negócios, com a indústria e o setor de serviços brilhando como estrelas.

E CLARO, BRASÍLIA, A CAPITAL CHEIA DE VIDA, É A GRANDE IMÃ QUE ATRAI INVESTIMENTOS, EMPREGOS E OPORTUNIDADES PARA A GALERA LOCAL!



PARA IMPULSIONAR ESSA FESTA DO DESENVOLVIMENTO, SÃO FEITOS INVESTIMENTOS EM TUDO QUE É ÁREA: DE INFRAESTRUTURA A EDUCAÇÃO, PASSANDO POR SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA.

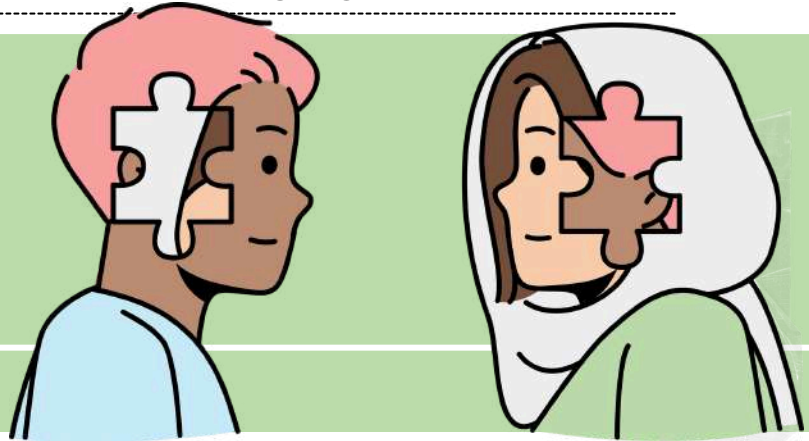
ALÉM DISSO, PARCERIAS ENTRE OS MUNICÍPIOS SÃO COMO COMBUSTÍVEL PARA ESSA MÁQUINA DE PROGRESSO. A RIDE DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO É UMA JOGADA DE MESTRE PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE NAS ÁREAS QUE MAIS PRECISAM DE UM EMPURRÃOZINHO!



DICA

TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES DO DF

REALIDADE ÉTNICA



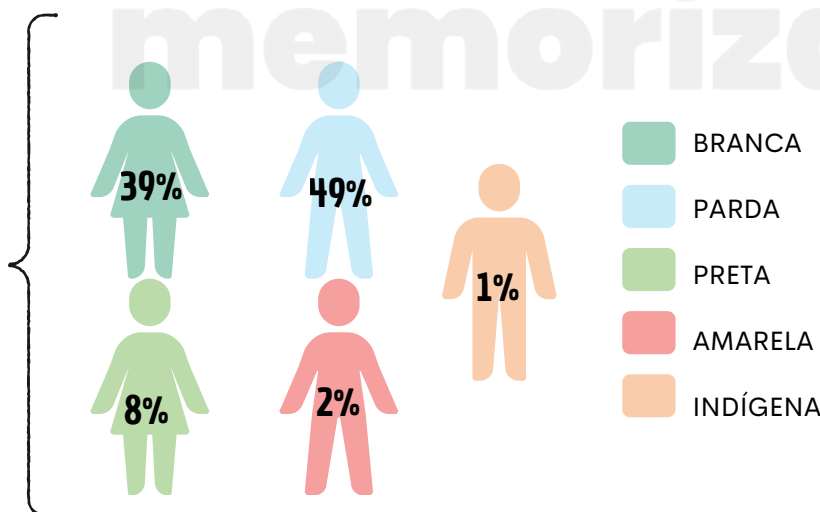
O Distrito Federal (DF) é como uma salada de frutas do Brasil, localizado lá no coração do **Centro-Oeste**! Sua mistura étnica é uma verdadeira festa, resultado de uma dança de **migrações** e amores entre **diversos grupos** ao longo da história.

SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 (IBGE), A GALERA DO DF É COMPOSTA POR APROXIMADAMENTE **49% DE PESSOAS** QUE SE AUTODECLARAM **PARDAS**, **39% BRANCAS**, **8% PRETAS**, **2% AMARELAS** E **1% INDÍGENAS**.



- Esses números gritam a **diversidade** que é a cara do Brasil, onde as etnias se entrelaçam e se influenciam como grandes amigos!
- Mas, atenção! Esses dados podem não contar toda a história, já que muita gente pode se sentir um pouco confusa sobre como se identificar ou simplesmente preferir não se rotular.

E TEM MAIS: O DF TAMBÉM É UM **CALDEIRÃO CULTURAL** CHEIO DE **IMIGRANTES E DESCENDENTES** DE VÁRIAS PARTES DO MUNDO E DO BRASIL. ENTÃO, A REALIDADE ÉTNICA DO DF É UM VERDADEIRO ARCO-ÍRIS DE DIVERSIDADE E MISCIGENAÇÃO, QUE FAZ PARTE DA ALMA DO POVO BRASILEIRO!



DICA

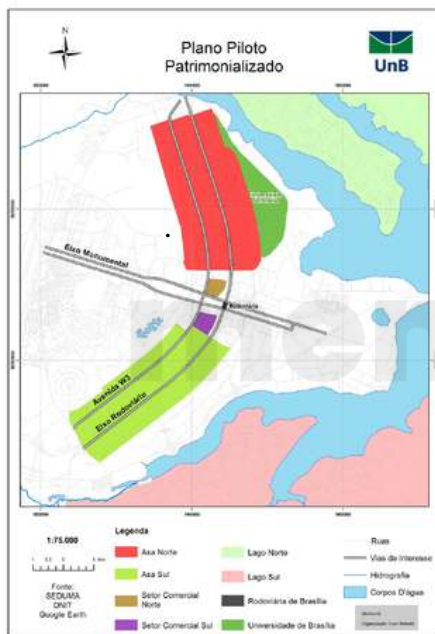
TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES DO DF

REALIDADE GEOGRÁFICA



O Distrito Federal (DF), o coração pulsante do **Centro-Oeste** brasileiro, é um pedaço de terra que abraça cerca de **5.800 km²** de pura maravilha! Com um **clima tropical** de altitude, aqui as chuvas dançam entre outubro e abril, enquanto as temperaturas flertam entre **15°C e 28°C**.

Imagine um planalto que se ergue entre **600 e 1.200 metros do nível do mar**, repleto de planaltos e chapadas, com vales que fazem um charme! O cerrado, com suas árvores tortas e vegetação rasteira, é a estrela do show, oferecendo um banquete de biodiversidade.



- E não podemos esquecer de **Brasília**, a capital que brilha com a **arquitetura moderna** de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa!
- Suas amplas avenidas e o Plano Piloto, com suas quadras e superquadras, são o lar de um desfile de órgãos públicos e monumentos que são pura arte!

E NÃO PARA POR AÍ! TEMOS **RESERVAS ECOLÓGICAS** INCRÍVEIS, COMO O **PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA** E A **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DESCOBERTO**, QUE SÃO COMO O **PULMÃO VERDE** DA REGIÃO.



RESUMINDO, O DF É UM ESPETÁCULO DE **CLIMA TROPICAL DE ALTITUDE**, COM PLANALTOS E CHAPADAS QUE PARECEM TER SAÍDO DE UM QUADRO. E CLARO, NÃO PODEMOS ESQUECER DA **ARQUITETURA MODERNA** E DO **FAMOSO PLANO PILOTO**, QUE FAZEM DA ORGANIZAÇÃO URBANA UMA VERDADEIRA OBRA-PRIMA, SEM DEIXAR DE LADO AS PRECIOSAS ÁREAS RURAIS E RESERVAS ECOLÓGICAS!

ALÉM DA SELVA DE PEDRA, O DF SE ESCONDE COM ÁREAS RURAIS QUE SÃO VERDADEIROS TESOUROS! AQUI, GRÃOS, FRUTAS E HORTALIÇAS DANÇAM EM HARMONIA COM A NATUREZA





DICA

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

→ Diferença entre Urgência e Emergência

- **Urgência:** Situação que precisa de cuidado médico **rápido**, mas **não coloca a vida em risco imediato** (ex: fratura). ⚠
- **Emergência:** Situação **crítica** que **ameaça a vida**, exigindo **atendimento imediato** (ex: parada cardíaca). 🕒💔

XABCDE – AVALIAÇÃO INICIAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A avaliação do paciente em situações críticas segue o **protocolo ABCDE**, que permite priorizar as condições que ameaçam a vida e estabelecer um plano de **atendimento sistemático**.

A AVALIAÇÃO INICIAL DEVE SER FEITA COM A **SIGLA ABCDE**, PARA GARANTIR QUE O PACIENTE RECEBA O **ATENDIMENTO CORRETO**, EM **ORDEM DE PRIORIDADE**:

X
A
B
C
D
E

X – EXSANGUINAÇÃO (HEMORRAGIA EXSANGUINANTE) 🩸

- Controle imediato de sangramentos externos graves. O paciente pode morrer em minutos sem essa intervenção.

A – AIRWAY (VIA AÉREA + COLUNA CERVICAL) ✨

- Abrir e proteger via aérea, mantendo imobilização cervical.

B – BREATHING (RESPIRAÇÃO E VENTILAÇÃO) 🌬️

- Garantir ventilação adequada (oxigênio, expansibilidade torácica).

C – CIRCULATION (CIRCULAÇÃO COM CONTROLE DE HEMORRAGIA INTERNA) ❤️

- Checar pulso, PA e tratar choque hipovolêmico.

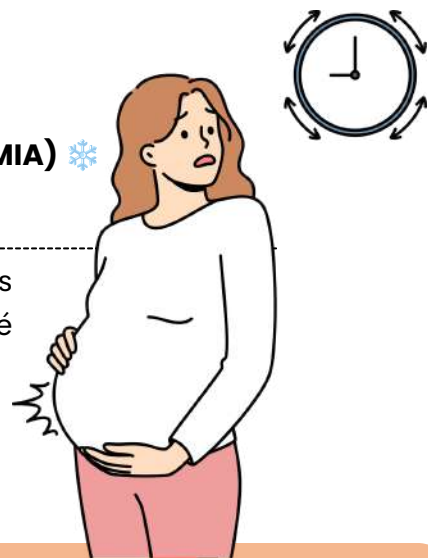
D – DISABILITY (EXAME NEUROLÓGICO RÁPIDO) 🧠

- Avaliar consciência, pupilas e resposta motora.

E – EXPOSURE (EXPOSIÇÃO COM PREVENÇÃO DE HIPOTERMIA) ❄️

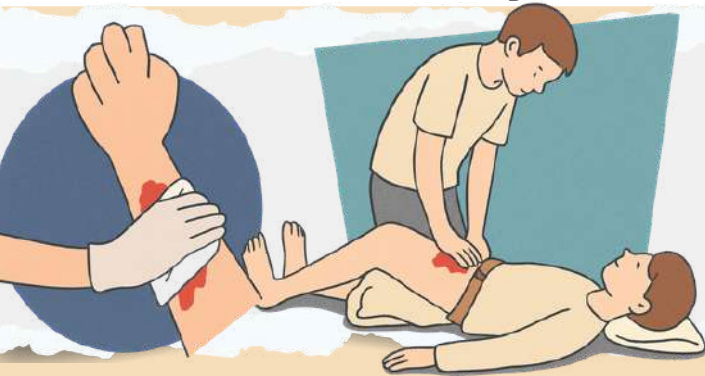
- Examinar todo o corpo e proteger o paciente do frio.

→ Em qualquer situação de **urgência** ou **emergência**, os primeiros socorros são essenciais para garantir a **estabilização** do paciente até a chegada de suporte avançado.



DICA

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS



HEMORRAGIAS

o que precisamos saber?



Hemorragia é a **perda de sangue** devido ao **rompimento** de um **vaso sanguíneo**, veia ou artéria, alterando o fluxo normal da circulação. A **hemorragia abundante e não controlada**, pode **causar a morte em 3 a 5 minutos**.

HEMORRAGIAS – COMO IDENTIFICAR E AGIR

TIPOS DE HEMORRAGIA

- **Arterial:** sangue vermelho vivo, jato pulsátil (mais grave).
- **Venosa:** sangue escuro, fluxo contínuo.
- **Capilar:** pequeno sangramento superficial.



SINAIS E SINTOMAS

Os sinais de hemorragia dependem do tipo e da gravidade:

→ **Hemorragia Externa:** Perda de sangue visível, que pode ser em grande volume e de difícil controle.

→ **Hemorragia Interna:** Os sintomas podem não ser óbvios imediatamente.

- Pele fria, pálida e suada.
- Tontura, fraqueza e sede intensa.
- Pulso rápido e fraco (taquicardia).
- Dor abdominal ou inchaço (se o sangramento for no abdômen).
- Confusão ou alteração do nível de consciência.

PRIMEIROS SOCORROS PARA HEMORRAGIAS



- Mantenha a calma e ligue imediatamente para os **serviços de emergência** (SAMU 192 ou Bombeiros 193).
- Aplique **pressão direta e firme** sobre o **ferimento** usando uma **gaze, pano ou lenço limpo**. Use a palma da mão se necessário.
- Mantenha a **pressão continuamente** por pelo menos **15 minutos**. A interrupção precoce pode remover o coágulo recém-formado e reiniciar o sangramento.
- Adicione mais camadas de pano se o sangue encharcar o curativo, mas **não remova a camada original**.
- Se o ferimento for em um **braço** ou **perna** e não houver suspeita de fratura, **eleve o membro acima do nível do coração** para ajudar a diminuir o fluxo sanguíneo.

→ Não tente fazer um **torniquete sem conhecimento técnico**, pois o uso incorreto pode causar danos graves. O torniquete só deve ser considerado em **casos de sangramento abundante e incontrolável** em membros, se o socorro médico estiver demorando muito.

→ **Não tente limpar ferimentos profundos** ou **remover objetos encravados**; apenas comprima ao redor do objeto.



DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a irretroatividade das leis.

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, desde que beneficiem os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos conceitos

O **direito adquirido**: aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.



exemplo: se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

LEI não PREJUDICARÁ

O **ato jurídico perfeito**: aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.



exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.



A **coisa julgada**: aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE VI

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXII, CF.



HABEAS DATA

"Remédio constitucional" cujo objetivo é **assegurar o direito à informação e à intimidade.**

Ação **gratuita**. No entanto, **é imprescindível** a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada.



O habeas data pode ser usado para **obter dados** em bancos de dados públicos, como a Receita Federal, ou privados, mas de caráter público, como os de serviços de proteção ao crédito - popularmente conhecidos como SPC - ou os cadastros de consumidores.

Permite que o cidadão em questão, identificado legalmente como impetrante, **tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados governamentais** em seu nome, bem como **solicitar que essas informações sejam corrigidas ou retificadas.**

Não se esqueça!

Qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, **tem o direito de entrar com um habeas data**. Este é um tipo de ação estritamente pessoal, que **não pode ser utilizada para obter acesso a informações pertencentes a terceiros.**



DICA

DIREITOS POLÍTICOS - PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:

35

TRINTA E CINCO ANOS

para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30

TRINTA ANOS

para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21

VINTE E UM ANOS

Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18

DEZOITO ANOS

para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3º, CF.

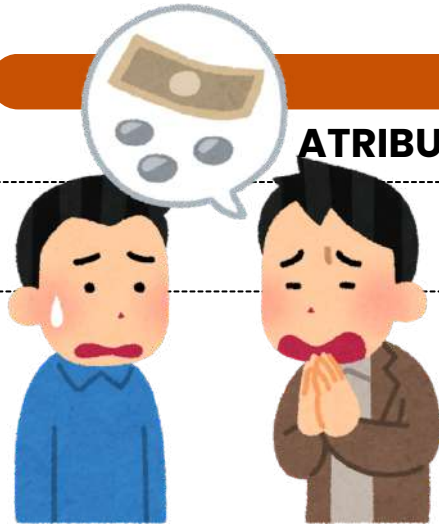
LEMBRE-SE!



A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.

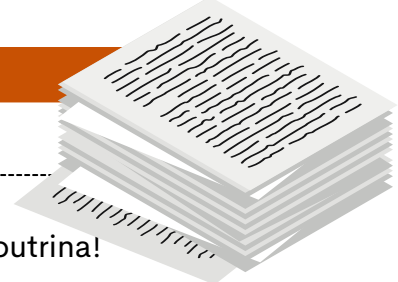
DICA

ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA



ATENÇÃO!

Esses atributos são apontados pela doutrina!



Os **atributos do poder de polícia** são características essenciais que definem a **natureza** e o **escopo** desse poder administrativo. Existem **três atributos principais** do poder de polícia, que são:

1

Discricionariedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de **discricionariedade** por parte da administração pública. Isso significa que as **autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

2

Coercibilidade

O poder de polícia permite que a **administração use medidas coercitivas** para fazer **cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas**. Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

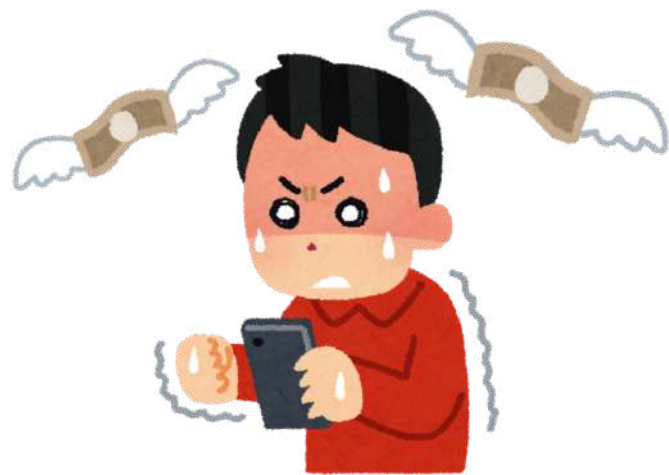
3

Autoexecutoriedade

A característica de **autoexecutoriedade** implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário** antes de executá-los. Em outras palavras, graças a essa **autoexecutoriedade**, a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



Esses atributos garantem que o **poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo regular e controlar as atividades individuais de maneira apropriada**, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II



A organização administrativa refere-se à **estruturação e ao funcionamento das entidades e órgãos que compõem a administração pública** em todos os níveis (federal, estadual, municipal).

A organização administrativa busca estabelecer uma **divisão de responsabilidades, funções e competências** de forma a garantir a eficiência, eficácia e legalidade na prestação de serviços públicos e na execução das políticas governamentais.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA



A administração direta é composta **pelos órgãos e entidades que fazem parte da estrutura central do governo ou da administração centralizada**. Isso inclui os **ministérios, secretarias de estado, departamentos e repartições públicas**. Esses órgãos **estão diretamente subordinados ao Poder Executivo**, geralmente representado pelo presidente, governador ou prefeito, dependendo do nível de governo.

A administração **direta possui uma relação mais próxima com o chefe do poder executivo e é responsável pela execução direta das atividades e serviços públicos**. Ela é mais flexível em termos de gestão, pois as decisões são tomadas de forma mais centralizada e ágil.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



A administração indireta é **composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria e atuam de forma autônoma**, embora vinculadas ao Estado. Essas entidades foram criadas para descentralizar a execução de determinados serviços públicos, permitindo uma gestão mais especializada e flexível. A administração indireta é, muitas vezes, **utilizada para setores que exigem uma abordagem mais empresarial ou técnica**.

Em resumo, lembre-se das **principais diferenças**:

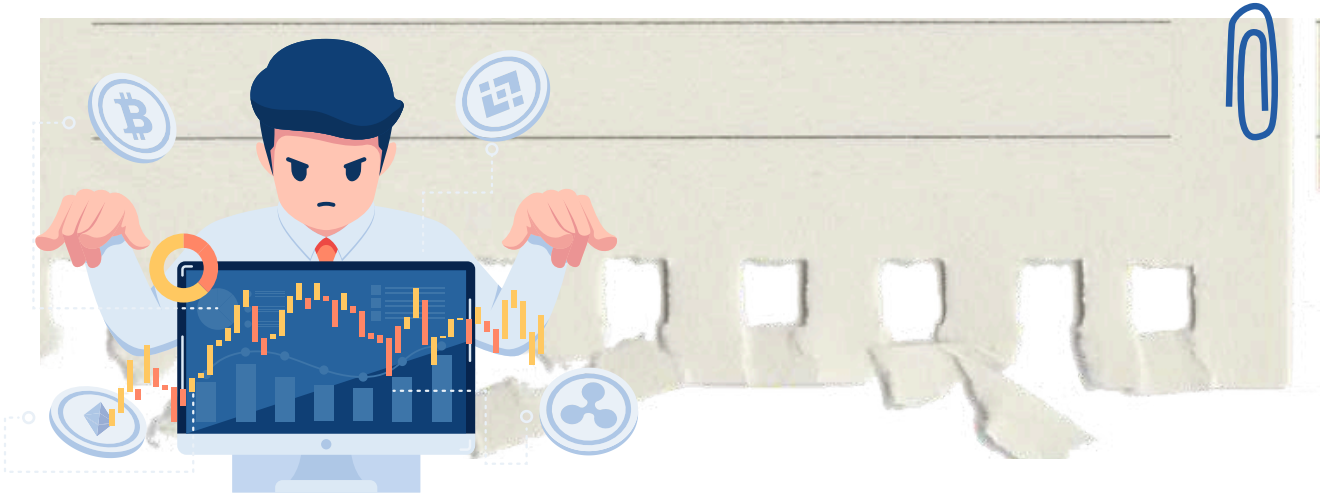
A **administração pública direta** é constituída pelos **órgãos diretamente subordinados** ao chefe do poder executivo



Enquanto a **administração pública indireta** envolve **entidades com personalidade jurídica própria** que atuam de forma descentralizada e mais especializada.

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

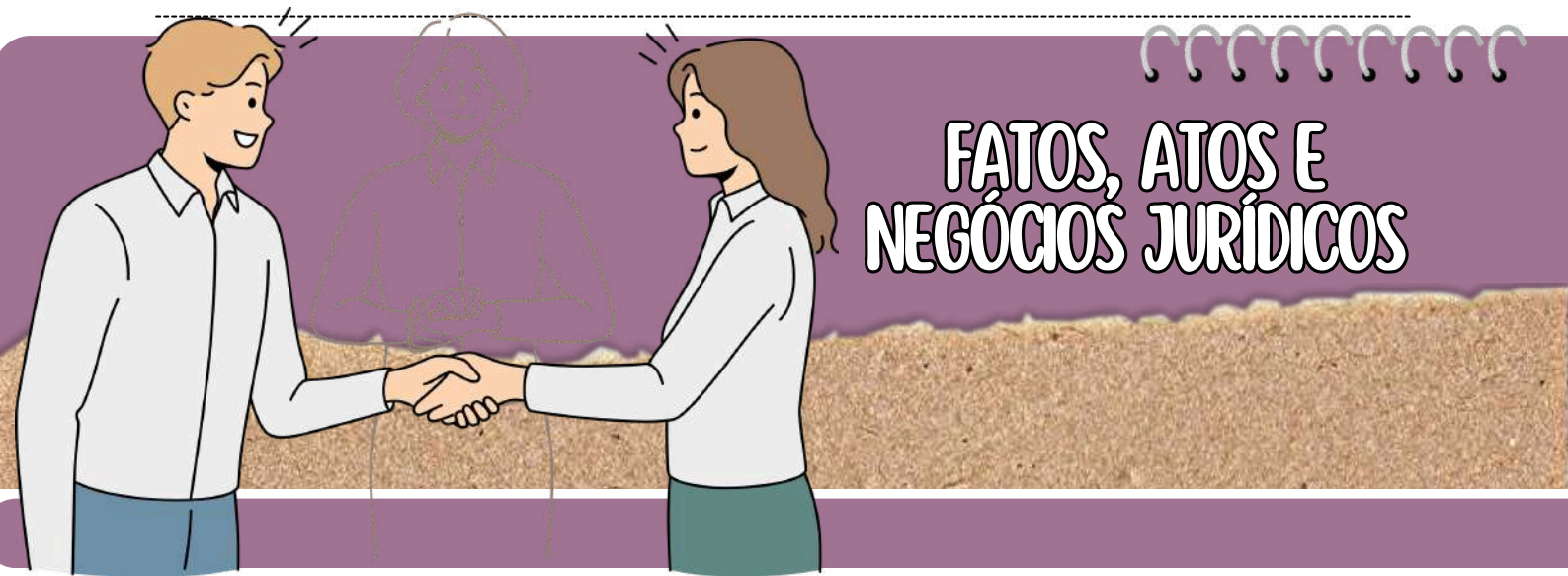
Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS I



FATO JURÍDICO EM SENTIDO LATO:

- Refere-se a **qualquer acontecimento, dependente ou não da vontade humana**, que produz ou tem potencialidade para **produzir efeitos jurídicos**.

FATOS JURÍDICOS NATURAIS OU EM SENTIDO ESTRITO:

- São **acontecimentos involuntários, independentes da vontade humana**, que **produzem efeitos jurídicos**. Exemplos incluem *prescrição, decadência e formas de aquisição de propriedade imobiliária por acessão natural*.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO AMPLO:

- São todos os **acontecimentos com repercussões jurídicas** decorrentes da **vontade humana**.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO:

- São os **atos jurídicos provenientes da vontade humana** que geram efeitos previstos na norma jurídica, e esses efeitos não podem ser modificados.

Um exemplo é o *registro de nascimento de um filho*.

ATO FATO-JURÍDICO:

- São atos nos quais a **manifestação de vontade humana é essencial para sua existência**, mas a produção de efeitos não depende do ânimo ou da consciência do agente.

Um exemplo é a *escolha de ter um filho*, onde o efeito jurídico (a aquisição de personalidade) ocorre independentemente da consciência do agente.

NEGÓCIOS JURÍDICOS:

- Refere-se a toda **declaração de vontade que o ordenamento jurídico** atribui os **efeitos desejados pelo agente**, desde que respeitados os pressupostos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia.

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA I



PRESCRIÇÃO I



A prescrição é reconhecida como a **perda do direito de buscar reparação** por um **dano causado**, devido à inatividade do titular desse direito durante o **prazo** estabelecido pela legislação

OS PRAZOS PRESCRICIONAIS SÃO DETERMINADOS POR LEI E NÃO PODEM SER ALTERADOS PELA VONTADE DAS PARTES ENVOLVIDAS, CONFORME PRECONIZA O ARTIGO 192 DO CÓDIGO CIVIL.



A prescrição, uma vez iniciada contra uma pessoa, **continua a transcorrer** mesmo após sua **morte**, em prejuízo de seus herdeiros ou sucessores, conforme estipulado no artigo 196 do Código Civil.

A prescrição implica na **perda da capacidade de exercer uma pretensão**, porém **não extingue o direito em si**.

- Nesse sentido, uma **dívida prescrita** permanece como uma **obrigação válida**, porém o **credor não tem mais o direito de exigir seu pagamento**, uma vez que a pretensão foi afetada pela prescrição.
- É importante ressaltar que a **prescrição** se aplica especificamente a **direitos subjetivos no sentido estrito**, onde há uma relação de **titularidade** entre uma **pessoa** e um **bem jurídico**.



Conforme previsto nos artigos 205 e 206 do Código Civil, a **prescrição** ocorre em **diferentes prazos**, dependendo das **circunstâncias**, vejamos:

PRAZOS PRESCRICIONAIS

PREVISÃO - ARTS. 205 E 206, CC (EXCEÇÃO: ART. 1.003, CC)

ART. 205 - PRAZO COMUM

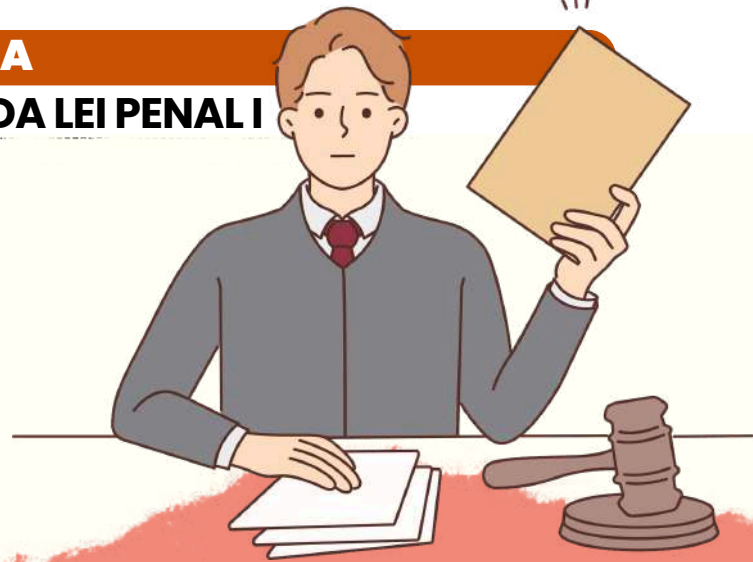
10 ANOS

ART. 206 - PRAZOS ESPECIFICOS

DE 1 A 5 ANOS

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I



LEI PENAL NO TEMPO

ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



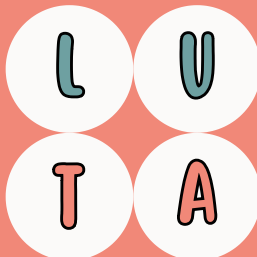
Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

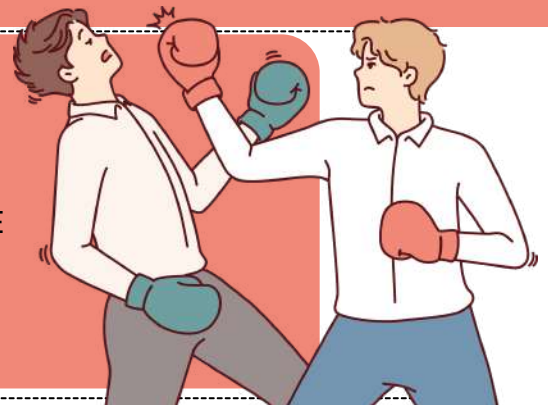
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.



MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE
TEMPO = ATIVIDADE



DICA

CULPABILIDADE III



EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE

CASOS DE EMBRIAGUEZ

EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

A embriaguez, definida como intoxicação aguda causada pela ingestão de álcool ou outra substância análoga, **não deve ser confundida com a exclusão da imputabilidade penal**. A embriaguez aguda, simples ou fisiológica não exclui a **responsabilidade penal, portanto, tome cuidado.**

QUANDO A EMBRIAGUEZ SERÁ CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE?

- Somente a **embriaguez completa, resultante de caso fortuito** (quando o agente não percebe que está ingerindo álcool ou substância tóxica) **ou força maior** (quando o agente é obrigado a se embriagar ou ingerir substância tóxica), pode ser considerada uma **causa de exclusão da responsabilidade penal**.
- Se a **embriaguez for incompleta, haverá uma redução de 1 a 2/3 da pena**, o que significa que o **agente é semi-imputável**.



EMBRIAGUEZ PREORDENADA

A embriaguez preordenada é **considerada uma agravante genérica** (art. 61, II, i do CP), uma vez que **o agente se embriaga intencionalmente para cometer uma infração penal**.

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE

ESSA CAUSA DETERMINA QUE O AGENTE, POR MEIO DE UM ESFORÇO DE CONSCIÊNCIA SIMPLES E EXIGÍVEL, **PODE VERIFICAR SE A CONDUTA É LEGAL OU NÃO**. NO ENTANTO, A POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE PODE SER EVITADA POR MEIO DO ERRO DE PROIBIÇÃO ESCUSÁVEL, QUE SERÁ ABORDADO MAIS ADIANTE NO TEMA DE ERRO.



DICA

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VI

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA
O QUE É E COMO SE CONFIGURA?



- A MODALIDADE CULPOSA DO CRIME NÃO É ACEITA;
- A TENTATIVA É PERMITIDA.



A advocacia administrativa, descrita no artigo 321 do Código Penal, é uma conduta criminosa que consiste em **um servidor público defender interesses particulares perante o órgão em que trabalha**. Vale destacar que a atividade não se relaciona diretamente com a advocacia profissional.



A pena prevista para o delito é de **detenção de 1 a 3 meses e multa**. No entanto, caso o interesse defendido **não seja legítimo**, a pena pode ser ainda mais severa, variando de **3 meses a 1 ano e multa**.



- O sujeito ativo é **qualquer funcionário público**, ou seja, **não há qualquer restrição ao seu cargo ou função**, desde que ele se valha desta posição para realizar a sua conduta.
- O objetivo deve ser sempre a **defesa de interesses privados perante a administração pública**.

- O SUJEITO ATIVO DO CRIME **DEVE SER FUNCIONÁRIO PÚBLICO** (CRIME PRÓPRIO), MAS RESPONDERÁ **TAMBÉM O PARTICULAR QUE O AUXILIA**, ATUANDO COMO **"TESTA-DE-FERRO"**, O QUE É MUITO COMUM NA PRÁTICA.
- A CONDOTA REPRESENTA UMA **AMEAÇA À INTEGRIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, QUE DEVE AGIR EM BENEFÍCIO DO INTERESSE COLETIVO E NÃO DE INTERESSES PARTICULARES.

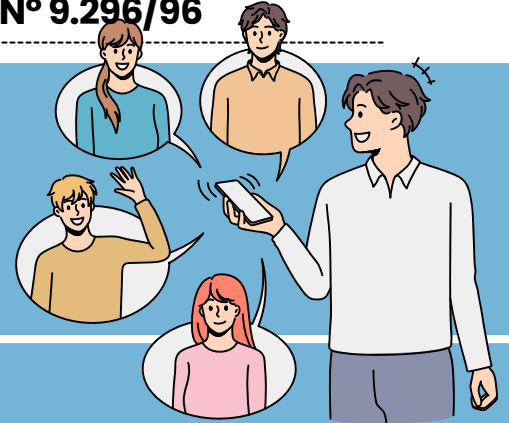


JURISPRUDÊNCIA: NÃO SERÁ CONSIDERADO CRIME A ATIVIDADE DE PRESTAR SIMPLES INFORMAÇÕES OU PEQUENO AUXÍLIO **SEM SE VALER DAS FACILIDADES DO CARGO**, SEM QUALQUER OUTRA MANIFESTAÇÃO DEMONSTRATIVA DE PATROCÍNIO.

DICA

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96

PROCEDIMENTOS E REQUISITOS



→ A decisão do juiz precisa ser **bem fundamentada**, ou seja, ele deve explicar claramente o motivo para autorizar a interceptação.

- A **diligência** (escuta das ligações) **não pode durar mais de 15 dias**, podendo ser **renovada uma vez** caso o juiz provoque a necessidade de mais tempo.

como isso funciona?

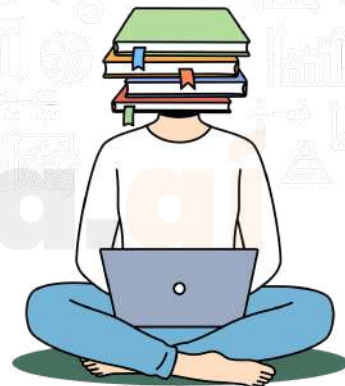
Após a **autorização**, a **autoridade policial** será responsável por **conduzir o processo de interceptação**.



O **MINISTÉRIO PÚBLICO** PODE **ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO**.



SE A INTERCEPTAÇÃO PERMITIR A **GRAVAÇÃO**, ELA DEVERÁ SER **TRANSCRITA**.



A **AUTORIDADE POLICIAL** DEVE ENVIAR UM **RELATÓRIO** AO **JUIZ**, COM O RESUMO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS.

→ A autoridade policial pode pedir **ajuda** para as **empresas de telefonia** e **provedores de internet** para realizar a interceptação. Isso é necessário porque a interceptação exige tecnologia especializada.

→ Toda a interceptação **será registrada em autos apartados** (separados) do inquérito policial ou do processo criminal. Isso garante o sigilo das informações.

- **Apensação**: O processo de interceptação só será **juntado aos autos principais** no final da investigação ou ao término do processo, mantendo a confidencialidade de todo o processo de escuta.



DICA

CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ

CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR I



→ Esses crimes têm como objetivo **preservar a hierarquia** e a **disciplina nas Forças Armadas** e nas **forças auxiliares** (como polícias e bombeiros militares). Sem essas bases, o funcionamento das instituições militares ficaria comprometido.

Estão previstos no **Título II do Código Penal Militar** e abrangem **condutas que desrespeitam a ordem e a disciplina**. Vamos conhecer os principais:

1 Motim

- Ocorre quando **dois ou mais militares**:
 - **Desobedecem** a uma ordem superior;
 - **Recusam** cumprir um dever militar;
 - **Abandonam** suas funções;
 - **Cometem violência** contra superior.
- É necessário **ação coletiva com intenção de desobedecer**.

2 Revolta

- É uma **forma agravada de motim** com o **uso de armas**.
- A gravidade aumenta devido ao potencial destrutivo.



3 Organização para Prática de Violência

- Quando militares formam um **grupo** para realizar **atos violentos contra a ordem militar** ou **causar danos**.

4 Omissão de Lealdade Militar

- Ocorre quando um militar, sabendo de um **motim** ou **revolta planejados**, não informa seus superiores.

5 Conspiração

- Acontece quando militares se **reúnem** ou **fazem pacto** para planejar **motim, revolta** ou **outros atos de subversão**.
- Não precisa do plano ser **concretizado**; a simples reunião já caracteriza o crime.

6 Aliciação para Motim ou Revolta

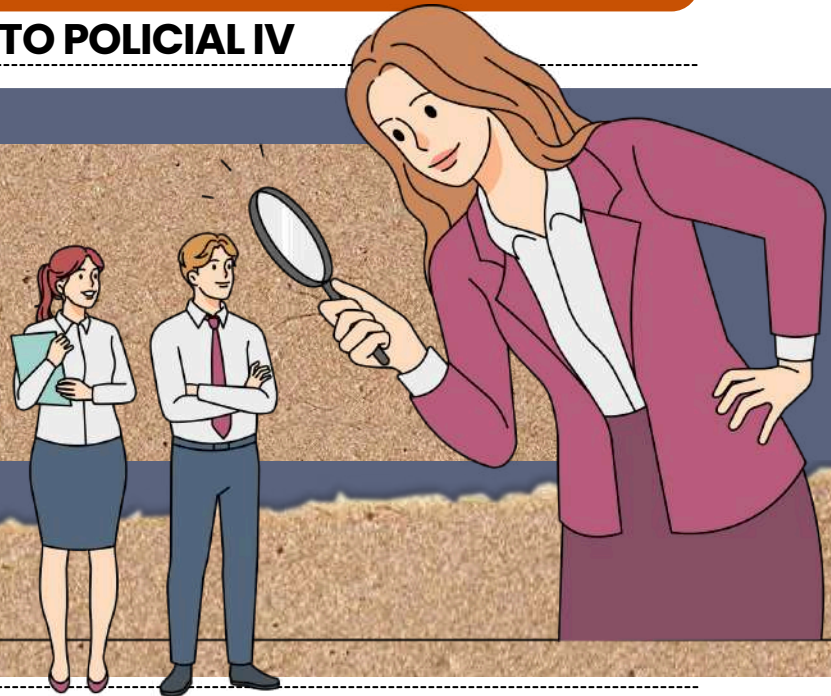
- Quando um militar **incita** ou **convence outros** a participarem de **motim** ou **revolta**.



DICA

INQUÉRITO POLICIAL IV

PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL



ENTENDENDO O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

O procedimento do inquérito policial é regulamentado pelos artigos 4º ao 23 do CPP, e **tem início com a instauração do procedimento pela autoridade policial**, que pode ser um delegado de polícia ou outra autoridade com poderes de polícia judiciária. As fases do inquérito policial são as seguintes:



ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

- A **portaria** é utilizada para **instaurar o inquérito policial** e **deve descrever o fato investigado, indícios de autoria e materialidade, e as diligências** a serem realizadas.
- A autoridade policial **deve realizar diligências investigatórias**, como coletar elementos de prova e interrogar suspeitos.

- Os passos a serem seguidos após as diligências da autoridade policial incluem a **elaboração de um relatório final, o envio deste relatório ao Ministério Público** para avaliação e, se houver elementos suficientes, o oferecimento de denúncia diretamente ao Poder Judiciário.
- Caso contrário, **o Ministério Público pode solicitar o arquivamento do inquérito policial.**



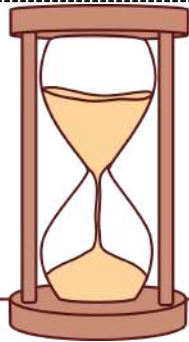
SÚMULA Nº 524 DO STF: SE UM INQUÉRITO POLICIAL FOR ARQUIVADO POR ORDEM DO JUIZ, A PEDIDO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, **NÃO É POSSÍVEL INICIAR UMA AÇÃO PENAL SEM NOVAS PROVAS.**



DICA

DAS PRISÕES III

AUTUAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE



PROCEDIMENTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE

No caso de prisão em flagrante, o prazo para apresentação do preso à autoridade judicial é de até 24 horas, contadas a partir do momento da prisão, de acordo com o artigo 306, §1º do CPP.

- Se o prazo não for cumprido, a prisão é considerada ilegal e o preso deve ser solto imediatamente, exceto se houver justificativa plausível para a demora.
- Após a prisão em flagrante, o indivíduo deve ser levado imediatamente à autoridade policial mais próxima.
- É dever da autoridade policial verificar se a prisão está em conformidade com a lei e se o preso deve permanecer detido ou ser liberado por meio de fiança ou outra medida cautelar.



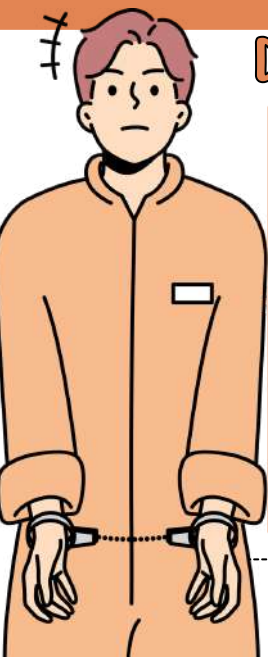
DIREITOS DO PRESO: COMUNICAÇÃO IMEDIATA E NOTA DE CULPA

DE ACORDO COM O ARTIGO 306, AO PRENDER ALGUÉM, É OBRIGATÓRIO COMUNICAR IMEDIATAMENTE O JUIZ, O MINISTÉRIO PÚBLICO E A FAMÍLIA OU PESSOA INDICADA PELO PRESO.

A NOTA DE CULPA COM O MOTIVO DA PRISÃO DEVE SER ENTREGUE AO PRESO.

O AUTO DEVE SER ASSINADO PELO JUIZ, PELO PRESO E PELAS TESTEMUNHAS, E ENVIADO AO JUIZ RESPONSÁVEL PELO CASO.

SE O RÉU FOR LIBERADO, DEVE SER COLOCADO EM LIBERDADE APÓS A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.



DICA

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS V

EXCEÇÕES DO ARBITRAMENTO DA FIANÇA



VEDAÇÕES LEGAIS PARA CONCESSÃO DE FIANÇA EM CASOS ESPECÍFICOS



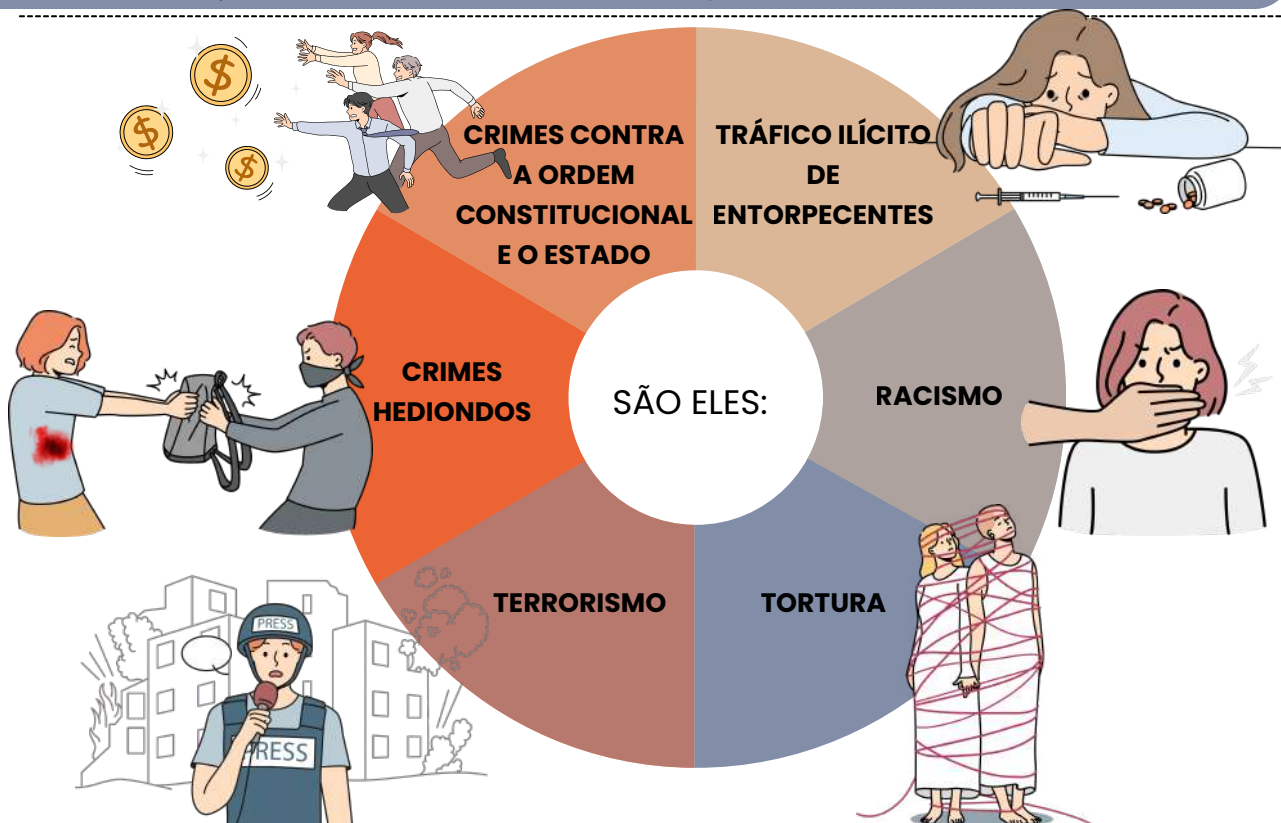
Existem circunstâncias em que o magistrado não poderá conceder fiança aos agentes que cometeram certos delitos.



Apesar de esses crimes serem inafiançáveis, a Corte entende que o relaxamento da prisão pode ser concedido em casos de excesso de prazo, como estabelecido na Súmula 697 do STF.



Além das vedações legais, o juiz não poderá conceder a fiança em situações específicas, conforme o artigo 324 do CPP.



DICA

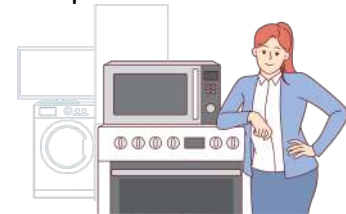
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO X

IMPOSTOS DA UNIÃO I

Compete à União instituir impostos sobre:

I - Importação de Produtos Estrangeiros

O Imposto sobre Importação (II) é cobrado sobre a entrada de produtos estrangeiros no território nacional.



IV - Produtos Industrializados (IP)

Sua finalidade é fiscal e extrafiscal, podendo ser utilizado para incentivar ou desincentivar determinados setores econômicos.



II - Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados

Esse imposto visa regular o comércio exterior e pode ser utilizado como instrumento de política econômica.

V - Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e transações com títulos e valores mobiliários. É utilizado tanto para arrecadação quanto para regulação do mercado financeiro.



III - Renda e Proventos de Qualquer Natureza

O Imposto de Renda (IR) é cobrado sobre os rendimentos e ganhos obtidos por pessoas físicas e jurídicas.

VI - Propriedade Territorial Rural

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural. Seu objetivo é estimular o uso produtivo da terra e combater a especulação imobiliária rural.



VIII - Produção, Extração, Comercialização ou Importação de Bens e Serviços Prejudiciais à Saúde ou ao Meio Ambiente, nos Termos de Lei Complementar

Este imposto visa desincentivar a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, servindo como instrumento de política pública para proteger a saúde pública e o meio ambiente.

VII - Grandes Fortunas, nos Termos de Lei Complementar

O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) é previsto na Constituição, mas ainda depende de regulamentação por meio de lei complementar para ser instituído e cobrado.





DICA

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA I

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL



A obrigação principal é aquela que resulta diretamente do **fato gerador** da obrigação tributária e tem como objetivo o **pagamento do tributo** ou de **penalidades pecuniárias**.

Essa obrigação é **extinta** quando o **crédito tributário**, que é a soma do tributo devido, é **quitado**.

Exemplo:

- **Fato Gerador:** Compra de um produto.
- **Obrigação Principal:** Pagar o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devido ao Estado pela compra do produto.
- Se você compra um produto, a ocorrência do fato gerador é a compra, e a sua obrigação principal é pagar o ICMS sobre essa compra.

A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É **EXTINTA** QUANDO VOCÊ PAGA O ICMS DEVIDO AO ESTADO.



se você ainda não entendeu...

A obrigação principal é a que decorre diretamente do fato gerador do tributo. Ela está relacionada à **obrigação de pagar** o tributo devido ou a penalidade resultante da violação das normas tributárias.

Exemplo Detalhado:

- **Fato Gerador:** Compra de um carro.
- **Obrigação Principal:** Pagar o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

Você realiza a compra do carro (fato gerador), e sua obrigação principal é pagar o IPVA ao Estado. Quando você paga o IPVA, você está **quitando** essa obrigação tributária principal.





DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

ETAPAS DO LICENCIAMENTO – LP, LI E LO

1. LP – LICENÇA PRÉVIA

Quando ocorre?

Na fase de **planejamento** do empreendimento.

O que ela faz?

- ✓ Aprova a **viabilidade ambiental**
- ✓ Aprova a **localização**
- ✓ Aprova a **concepção do projeto**
- ✓ Estabelece **condicionantes para as próximas fases**

A LP não autoriza obra nem funcionamento.

LP

Licença
Prévia

É a fase de avaliação da viabilidade socioambiental do projeto.

2. LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Quando ocorre?

Após **cumprimento** das exigências da LP.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **início da obra/installação**
- ✓ Aprova os **planos e projetos executivos**
- ✓ **Exige cumprimento** das **condicionantes**

Sem LI, a obra é irregular.

LI

Licença de
Instalação

É a fase em que se apresenta o projeto executivo e após aprovação inicia-se a construção.

3. LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO

Quando ocorre?

Após verificação de que tudo foi instalado conforme aprovado.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **funcionamento da atividade**
- ✓ Confirma **cumprimento das exigências anteriores**
- ✓ Pode estabelecer **novas condicionantes**

Sem LO, a atividade não pode operar.

LO

Licença de
Operação

É a fase em que se avalia a construção e é autorizada a operação.

📌 Ponto importante

A LO normalmente possui **prazo determinado** e pode ser renovada.

CONDICIONANTES

Em todas as fases podem ser impostas condicionantes ambientais, como:

- Compensação ambiental
- Monitoramento
- PRAD
- Controle de emissões

Descumprimento pode gerar:

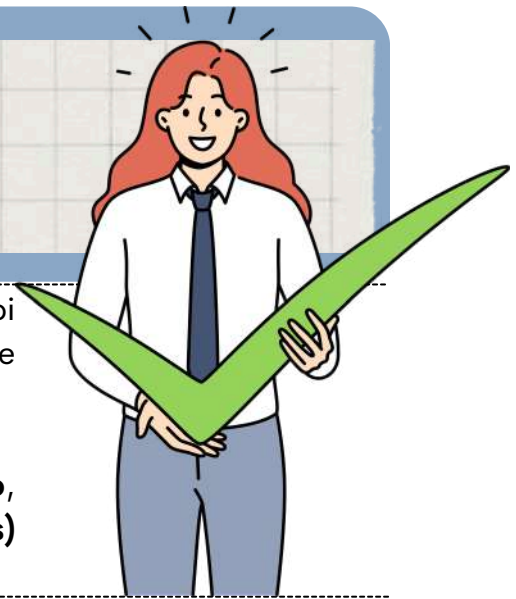
🚫 **Multa** 🚫 **Suspensão** 🚫 **Cassação da licença**



DICA

LEI Nº 9.985/00 – SNUC

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)



➔ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado para **garantir a preservação do meio ambiente** e promover o **uso sustentável dos recursos naturais**.

➔ Essa legislação estabelece critérios e normas para a **criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs)** no Brasil.

📌 **Gestão Integrada das UCs:**

- Quando há **várias UCs próximas** ou **sobrepostas**, a gestão deve ser **integrada**, valorizando a biodiversidade e promovendo o desenvolvimento sustentável da região;

📋 **PLANO DE MANEJO DAS UCs**

As UCs devem possuir um **Plano de Manejo**, que deve ser elaborado em até **5 anos** após sua criação e deve incluir:



✓ **AÇÕES PARA INTEGRAR A UC À VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES VIZINHAS**

✓ **REGRAS SOBRE A LIBERAÇÃO E CULTIVO DE OGMs, CONSIDERANDO RISCOS À BIODIVERSIDADE.**

A **exploração comercial** de produtos, subprodutos ou serviços derivados dos recursos naturais das UCs exige **autorização prévia** e **pagamento**, com **exceção** das Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares.

Os **recursos** obtidos pelas **UCs** devem ser **aplicados na manutenção da própria unidade** e na **regularização fundiária**, sendo distribuídos da seguinte forma:



- **25% a 50%:** Manutenção da própria UC.
- **25% a 50%:** Regularização fundiária.
- **15% a 50%:** Implementação e gestão de outras UCs.

DICA 01

EMPRESÁRIO E EMPRESA

EMPRESÁRIO: O QUE É E QUEM PODE EXERCER A ATIVIDADE EMPRESARIAL?

O empresário pode ser uma **pessoa natural (física)** ou **pessoa jurídica (uma empresa)** que exerce **atividade econômica** organizada. Ele atua profissionalmente para produzir ou circular bens e/ou serviços, com o objetivo de obter lucro.

Diferença entre Empresário Individual e Outros Tipos de Empresas

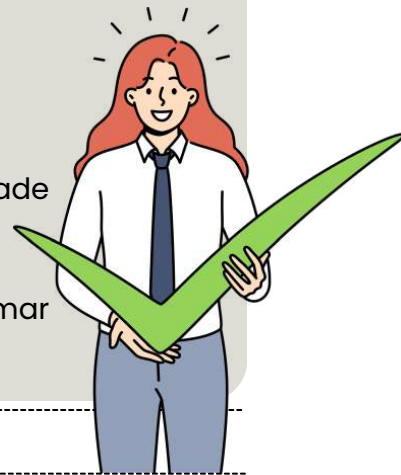
✓ **Sociedade Limitada Unipessoal (SLU):** Hoje é a melhor opção para quem quer empreender sozinho com **proteção patrimonial**.

- **Substituiu a EIRELI**
- Apenas **1 sócio** e **responsabilidade limitada**
- **X Sem exigência de capital mínimo**

✓ **Empresário Individual:** É uma pessoa natural que exerce a atividade empresarial em seu nome. **! Responsabilidade ILIMITADA**

- **Ou seja:** responde com seu **patrimônio pessoal**

✓ **Sociedades:** Quando **duas ou mais pessoas** se unem para formar uma empresa, cada uma tem sua **parte no capital social**.



INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS

É **obrigatório** que o **empresário se inscreva no Registro Público de Empresas Mercantis** antes de iniciar as suas atividades. Isso garante que ele tenha legalidade para atuar e possa formalizar seus contratos e negócios.

Quem Está Impedido de Exercício de Empresa? ❌

Existem situações legais em que uma pessoa **não pode exercer a atividade empresarial**. Vamos conferir quem são esses impedidos e os motivos:



MENORES DE 16 ANOS 🧒

Pessoas menores de 16 anos são **absolutamente incapazes** de exercer a atividade empresarial. Caso tenham, os seus atos serão nulos. ⚠️

INCAPAZES (MENORES DE 18 ANOS E OUTROS)

- Menores de **18 anos** (mas maiores de 16)
- **Ébrios** habituais 🍷
- **Viciados** em substâncias tóxicas 💊
- Pessoas com **doenças mentais transitórias** ou **permanentes** 🧠
- **Pródigos** (aqueles que gastam excessivamente) 💸

Essas pessoas são **relativamente incapazes**, ou seja, precisam de assistência para validar seus atos empresariais. Caso atuem sem essa assistência, seus atos serão anuláveis. ⚖️

Se a incapacidade surgir **depois do início da atividade empresarial** (por exemplo, se o empresário adoecer mentalmente), ele **não poderá mais exercer a atividade** sem o devido **apoio**. Caso contrário, seus **atos serão anuláveis**. 🛑

DICA

RESPONSABILIDADE DOS CONTRATANTES

RESPONSABILIDADE DOS CONTRATANTES EM CASOS DE AGENAÇÃO



3 Responsabilidade em Relação aos Créditos:

Quem responde pelos impostos e tributos pendentes?

✔ Se o alienante **encerra** suas atividades ou só retoma as operações após **6 meses**, o adquirente assume **integralmente a responsabilidade** pelos **créditos tributários**.



Se a **empresa continua operando**, o alienante ainda pode ser responsabilizado por **tributos pendentes**.

💡 **Dica:** Sempre consulte a Receita Federal ou a Secretaria da Fazenda antes de assumir um negócio para evitar surpresas!

CRÉDITOS TRABALHISTAS

O que diz a CLT?

- O artigo 448 da CLT estabelece que a venda do estabelecimento **não altera os contratos de trabalho dos funcionários**.
- Ou seja, os empregados continuam **trabalhando normalmente**, independentemente da mudança de dono.



Quem paga as dívidas trabalhistas?

💡 **Exceção:** Se as partes concordarem em reduzir esse prazo, deve haver um acordo formalizado no contrato!

O EMPREGADOR (ALIENANTE) É O **RESPONSÁVEL EXCLUSIVO** PELOS **DÉBITOS TRABALHISTAS**.



O **ADQUIRENTE** SÓ PODE SER RESPONSABILIZADO EM **CASO DE FRAUDE!**

E SE A EMPRESA ESTIVER EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL?

➔ O STF decidiu (ADI 3.934/2009) que, se um estabelecimento for **vendido** durante recuperação judicial, o **adquirente não assume dívidas**, nem mesmo as trabalhistas!

DICA

PERÍCIA E PERITO

LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA MECÂNICA III

4 Instrumento Contundente

LESÕES CONTUNDENTES

- **Característica:** Resultado de impacto direto, esmagamento ou compressão.
- **Exemplos:** Taco de beisebol, tijolo, pedra.
- Podem variar de:
 - **Contusões simples** (hematomas leves)
 - Até **fraturas ósseas** ou **lesões internas graves**.

TIPOS DE LESÕES EM RAZÃO DA GRAVIDADE

1 Rubefação

Vermelhidão da pele, causada pelo **aumento do fluxo sanguíneo** para a área afetada.

Causa: Resposta natural do corpo a irritações ou lesões leves.

2 Edema

Inchaço de uma parte do corpo devido ao **acúmulo anormal de líquido** nos tecidos.

Causa: Lesões, inflamação ou outras condições médicas.

3 Escoriação

Lesão superficial na pele, geralmente causada por atrito ou raspagem da camada superior da pele.

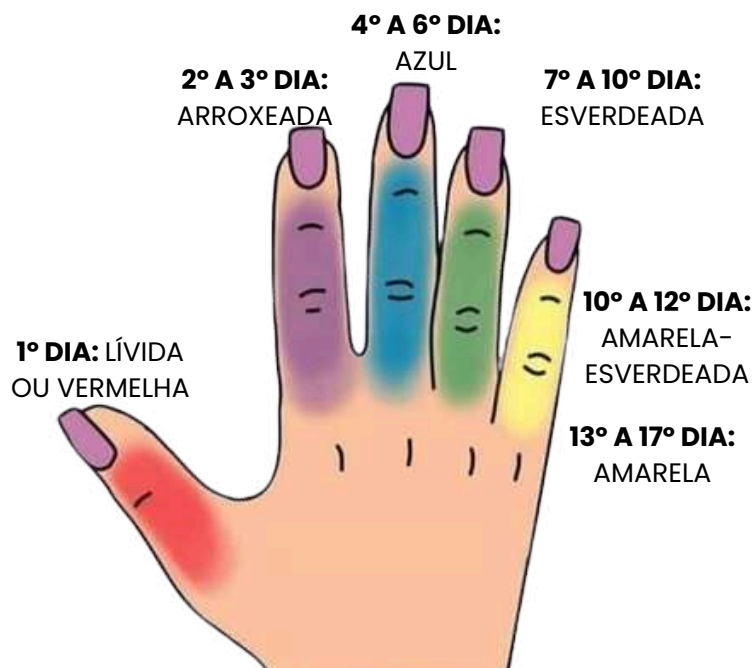
Causa: Ferimentos menores, sem sangramento profundo.

4 Equimose

Manchas **roxas** ou **azuladas** na pele, resultantes do **rompimento de pequenos vasos sanguíneos**.

Causa: Golpe ou trauma.

Espectro de Legrand de Saulle



DICA

PERÍCIA E PERITO



LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA ELÉTRICA

→ As lesões provocadas pela energia elétrica acontecem quando o **corpo entra em contato com a corrente elétrica**. A gravidade dessas lesões varia de acordo com a **intensidade** da **corrente**, o **tempo de exposição** e o **trajeto** que a eletricidade percorre pelo corpo.

→ Essas lesões podem ser originadas por **fontes naturais** (como raios) ou **causas artificiais**, como acidentes em ambientes industriais ou domésticos.

Classificação das **Lesões** Causadas por **Energia Elétrica**:

ELETRICIDADE NATURAL (CÓSMICA)

Neste tipo de exposição, a vítima enfrenta tanto os **efeitos diretos** da eletricidade quanto os **efeitos secundários** da onda de choque causada pela ionização do ar e a intensa luminosidade. Semelhante ao efeito de explosões, a vítima pode ser arremessada pela onda de choque, sofrendo lesões contundentes.

- **Fulminação**: Quando uma descarga elétrica natural causa uma fatalidade.
- **Fulguração**: Lesões de qualquer gravidade causadas por eletricidade natural.

O **sinal de Lichtenberg** é um marcador característico desse tipo de lesão, com padrões ramificados semelhantes a uma árvore ou samambaia, e inflamação dos vasos sanguíneos locais.



ELETRICIDADE INDUSTRIAL (ELETROPLESSÃO)

As **lesões de eletroplessão** são comuns em ambientes residenciais e industriais, especialmente entre trabalhadores da área elétrica e crianças em casa. As marcas deixadas por esse tipo de lesão possuem características distintas, como o sinal de Jellinek.

O **sinal de Jellinek** é uma lesão circular ou estrelada, geralmente indolor, com bordas elevadas e uma textura seca e dura. A coloração dessa marca pode variar entre tons de amarelo-castanho ou branco-amarelado.





DICA

ASFIXIOLOGIA FORENSE

ASFIXIA POR GASES TÓXICOS

Além das formas físicas de asfixia, a **asfixia por gases tóxicos** também é uma importante área da medicina forense. Gases como o monóxido de carbono podem interferir na capacidade do corpo de transportar oxigênio, causando danos significativos.

INDICADORES VISÍVEIS DE MORTE POR GASES TÓXICOS:



Livores: A **coloração acarminada** (vermelho escuro) é uma característica comum, indicando a presença de gases no corpo.



Rigor Mortis (rigidez cadavérica): Tende a ocorrer de forma **tardia** e com **menor intensidade e duração**.



LESÕES CAUSADAS POR GASES:

- **Monóxido de Carbono:** Pode causar lesões cerebrais devido à falta de oxigênio.
- **Gases Irritantes:** Causam irritação nas vias respiratórias e podem levar a lesões pulmonares.



DICA MEDICINA LEGAL

MEDICINA LEGAL E DIREITOS HUMANOS

➔ A Medicina Legal tem papel fundamental na proteção dos Direitos Humanos, pois atua na investigação técnica de violações à integridade física, psíquica e à dignidade da pessoa humana

✍ Relação direta com os Direitos Humanos

- ✓ Identifica e comprova práticas de violência
- ✓ Auxilia na responsabilização dos autores
- ✓ Protege vítimas de abusos, tortura e maus-tratos
- ✓ Contribui para a efetivação do direito à vida, à saúde e à dignidade

🌐 Atuação em contextos sensíveis

A perícia médico-legal é essencial em casos de:



- Violência contra a mulher 🚺
- Violência infantil 🧒



- Tortura e tratamentos degradantes 🚫
- Mortes sob custódia do Estado



🌟 Ponto-chave de prova

A atuação do perito deve respeitar:

- 📌 Legalidade
- 📌 Imparcialidade
- 📌 Ética
- 📌 Dignidade da pessoa humana

👉 em prova, pense assim:

❌ QUALQUER VIOLAÇÃO DESSES PRINCÍPIOS PODE COMPROMETER A PROVA PERICIAL.



Notificações

Comunicações compulsórias feitas pelos **médicos** às autoridades competentes, por **necessidade social ou sanitária**, como acidentes de trabalho e doenças infecto-contagiosas.

Atestados

Objetiva firmar a **veracidade** de um **fato** ou a **existência** de determinado estado, ocorrência ou obrigação. Declaração pura e simples, por escrito de um **fato médico e suas possíveis consequências**.

DOCUMENTOS

médico-legais

Relatórios

É a **descrição mais minuciosa de uma perícia médica** a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária frente ao inquérito. Narração escrita e minuciosa de todas as operações de uma perícia médica. Se é realizado pelos peritos **após a sua investigação** contando com a ajuda de outros recursos é chamado de laudo, quando é ditado diretamente ao escrivão é chamado de Auto.

Parecer

Definição do valor científico é determinado fato, dentro da mais **exigente e criteriosa técnica médico legal**. É constituído de **todas as partes do relatório**, com **exceção da descrição**. A discussão e a conclusão passam a ser os pontos de maior relevo desse documento.





DICA
MEDICINA LEGAL

SÍNDROME DA CRIANÇA ESPANCADA

→ É um conjunto de achados clínicos, radiológicos e médico-legais que indicam violência física intencional, geralmente praticada por responsáveis ou cuidadores.

DICA DE PROVA: HISTÓRIA "CONFUSA" OU "MAL EXPLICADA" = ALERTA DE MAUS-TRATOS 🚨

História clínica (relato dos responsáveis) 🧠❌

- ⚠️ Inconsistente
- ⚠️ Contraditória
- ⚠️ Não compatível com a gravidade das lesões

🦴 FRATURAS – PADRÕES SUSPEITOS

Achados mais cobrados:

✓ Fraturas em diferentes estágios de consolidação

→ indicam **agressões repetidas** ao longo do tempo

✓ Fraturas de ossos longos (diáfises)

→ especialmente **fêmur** e **úmero** em **crianças pequenas**

✓ Fraturas múltiplas e bilaterais

→ aumentam **suspeita**, mas **não são as mais específicas**

Achado de ALTA ESPECIFICIDADE (CAI MUITO!)

🔥 FRATURA POSTERIOR DE ARCO COSTAL 🔥

- Resultado de **compressão torácica intencional**
- **Raríssima** em **acidentes**
- Considerada o **achado MAIS específico** de maus-tratos



DICA
MEDICINA LEGAL

TANATOLOGIA FORENSE



O que é Tanatologia Forense?

É o ramo da Medicina Legal que estuda:

- a **morte**
- os **fenômenos** que ocorrem após ela
- as **repercussões jurídicas** do óbito

CAUSA JURÍDICA DA MORTE (FOCO DE PROVA!)

Classificação jurídica (não confundir com causa médica):

1 Morte natural

Decorre de **doença**
Ex.: infarto, AVC, câncer

2 Morte violenta

Decorre de **ação externa**
Ex.: homicídio, suicídio, acidente

3 Morte suspeita ?

Quando não é possível definir de imediato
Exige **necropsia obrigatória**

✓ HOMICÍDIO, SUICÍDIO E ACIDENTE = MORTES VIOLENTAS

FENÔMENOS CADAVERÍCOS

São alterações que ocorrem **após a morte**.

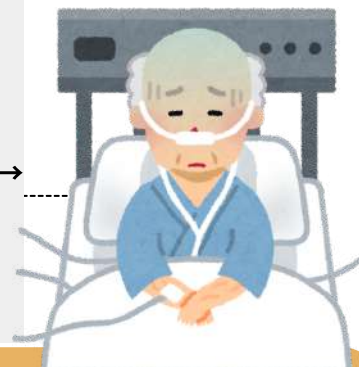
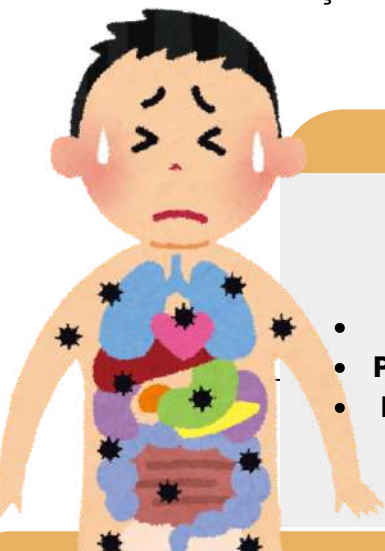
Fenômenos abióticos (SEM VIDA)

IMEDIATOS

- Parada cardíaca
- Parada respiratória
- Perda da consciência

CONSECUTIVOS

- Algor mortis → resfriamento do corpo
- Livor mortis (hipóstase) → manchas violáceas
- Rigor mortis → rigidez muscular



CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PC/DF!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que você vê quando tira os olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)